


Serviço social e educação: As contribuições do/a Assistente Social frente ao a Política de Educação a partir da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019

Social Service and Education: The Contributions of the Social Worker in the face of the Education Policy from Law No. 13,935, of December 11, 2019

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-073>

Ines Rodrigues de Araújo Barros

Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social
Instituição: Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF
Endereço: Av. Dr. João Alberto, 100 - Maria Rita, Pedreiras - MA, Brasil
E-mail: ines-651@hotmail.com

Ronny Batista de Sousa

Mestrando em Ciência e Saúde pela Universidade Federal do Piauí- UFPI
Instituição: Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF
Endereço: Av. Dr. João Alberto, 100 - Maria Rita, Pedreiras - MA, Brasil
E-mail: Ronnyrbds@hotmail.com

Helayne Cristina Rodrigues

Mestra em Ciências e Saúde
Instituição: Universidade Federal do Piauí- UFPI
Endereço: Av. Frei Serafim, 2280 - Centro (Sul), Teresina - PI
E-mail: helaynecristinarodrigues@gmail.com

Francisco das Chagas Araújo Coelho

Especialista em Direito Médico e Proteção Jurídica
Instituição: Sociedade Piauiense de Educação, Ciências e Tecnologia - ALEPI/FAR.
Endereço: Rua. Prof. José Amável, 357 - Cabral, Teresina - PI, Brasil
E-mail: coelhocoe@yahoo.com.br

Viviane Soares Silva

Especialista em Ciências Forenses e Perícia Criminal- Instituto Nacional de Cursos e Pesquisas (INCURSOS).
Instituição: Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF
Endereço: Av. Dr. João Alberto, 100 - Maria Rita, Pedreiras - MA, Brasil
E-mail: vivifilhadoceu@gmail.com

Ionara da Silva Soares

Pós-Graduada em Administração do Suas - Sistema Único De Assistência Social.

Instituição: Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF
Endereço: Av. Dr. João Alberto, 100 - Maria Rita, Pedreiras - MA, Brasil
E-mail: hyonnarabrandao@outlook.com

Graciete Rodrigues dos Santos

Pós-Graduada em: Docência do Ensino Superior
Instituição: Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF
Endereço: Av. Dr. João Alberto, 100 - Maria Rita, Pedreiras - MA, Brasil
E-mail: gracieterodrigues37@gmail.com

Francisco de Souza Cavalcante Neto

Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social
Instituição: Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF
Endereço: Av. Dr. João Alberto, 100 - Maria Rita, Pedreiras - MA, Brasil
E-mail: fc37445@gmail.com

RESUMO

A temática abordada apresenta as contribuições do Serviço Social enquanto profissão de concretização e efetivação nas políticas públicas, dentre elas a educacional, assim desse modo fomentar o importante debate sobre a implementação da Lei nº 13.935. Este estudo tem como objetivo geral: analisar a contribuição do Serviço Social através da inserção na Política de Educação, os seus objetivos específicos tratam de contextualizar a política educacional no Brasil, apresentar as expressões da questão social no âmbito educacional, a importância da contribuição profissional e analisar a relevância do Assistente Social na educação como executor da efetivação de direitos. utilizou-se do estudo bibliográfico, possuindo caráter exploratório, descritivo com abordagem de cunho qualitativo. Destingiu-se que a contribuição do/a Assistente Social na política de educação subsidia o pleno desenvolvimento da equipe política pedagógica de secretarias de educação bem como a relação de ambos deve-se atribuir o conceito complementação uns para com os outros agir em

sistema de rede para melhor concretização de políticas do Governo Federal dá-se descoberto que a forma organizativa concebe melhor benefícios para um todo.

Palavras Chaves: Serviço Social, Política de Educação, Lei nº 13.935.

ABSTRACT

The theme addressed presents the contributions of Social Service as a profession of concretization and effectiveness in public policies, among them education, thus fostering the important debate on the implementation of Law No. 13935. This study has as its general objective: to analyze the contribution of Social Service through its insertion in the Education Policy, its specific objectives are to contextualize the educational policy in Brazil, to present the expressions

of the social issue in the educational sphere, the importance of the professional contribution, and to analyze the relevance of the Social Worker in education as an executor of the enforcement of rights. It was found that the contribution of the Social Worker in the education policy subsidizes the full development of the pedagogical policy team of the education secretariats, as well as the relationship of both should be given the concept of complementation with each other, acting in a network system for a better realization of the Federal Government's policies, it was found that the organizational form provides better benefits for the whole.

Keywords: Social Service, Education Policy, Law No. 13.935.

1 INTRODUÇÃO

A temática abordada apresenta as contribuições do Serviço Social enquanto profissão de concretização e efetivação nas políticas públicas, dentre elas a educacional, assim desse modo fomentar o importante debate sobre a implementação da Lei nº 13.935 de dezembro de 2019, visando fortalecer a atuação do Ministério Público bem como controle social no cumprimento no referido legal. Sabe-se que a construção de direitos por meio da implantação de políticas sociais no Brasil ocorreu de forma tardia, tendo a população como participante ativa nesse processo, porém as implicações e elementos postos com o capitalismo e a influência neoliberal sucatearam os serviços e a efetivação destas, havendo a necessidade da intervenção do Assistente Social como ponte para a concretização desses direitos.

A pesquisa interpele a importante atribuição do profissional de Serviço Social no Brasil, enfatiza os preceitos fundamentais da profissão e sua atribuição na política Educacional bem como a magnitude de sua ação de modo que esta atribuição obtenha o reconhecimento na institucionalização como enfoca a Lei nº 13.945/ 19. O impacto gerado por esta determinação e ação dos seguimentos gera para os profissionais o reconhecimento do profissional no campo de atuação e em decorrência manifesta a expressão das questões sociais não extinguidas na institucionalização da educação básica, afetando desse modo a melhoria de ambiente e ensino para a classe subalterna, grupos sociais que foram afetados pelo capitalismo.

Dentro do ambiente acadêmico a presente análise da sua contribuição para futuros aprofundamentos de exames investigativos de modo que dê caminhos a seguir abrindo pontos para a efetivação de metodologias, para o detrimento e interesse da sociedade acadêmica. A contribuição do Assistente Social na Política de Educação gera desse modo um impacto e consequências no campo como; O melhor desempenho da equipe multidisciplinar, a motivação na Política Educacional de modo que gere êxito, resultados organizacionais, aspectos positivos no desempenho, pontos de ruptura e mudança para melhor excelência de aprendizado e vivências.

Esse estudo traz em suas discussões as atribuições e contribuições do/a Assistente Social frente a Política de Educação a partir da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, a escolha por este tema se passa no contexto acadêmico da pesquisadora. Durante o curso de Serviço Social na Instituição Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – MA. A temática se deu a partir de seminários e pré-projetos em campo institucional.

Seu objetivo geral buscou analisar a contribuição do Serviço Social através da inserção na Política de Educação, os seus objetivos específicos tratam de contextualizar a política educacional no Brasil, apresentar as expressões da questão social no âmbito educacional, a importância da contribuição profissional e analisar a relevância do Assistente Social na educação como executor da efetivação de direitos.

Dos procedimentos metodológicos da presente pesquisa, utilizou-se do estudo bibliográfico, possuindo caráter exploratório, descritivo com abordagem de cunho qualitativo. Por exigir maior investimento em sínteses e argumentações a partir de fontes as quais foram pontos referências para o objeto de estudo. A pesquisa também foi fundamentada por via de seminários percorridos dentro da plataforma disponibilizada no site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no qual esse capítulo buscou explorar por meio de aprofundamento da temática a atribuição do Serviço Social na educação através da constatação da relevância desse profissional para avanços e melhorias no campo educacional, não apenas como propositora de repasses metodológicos, mas, como meio de emancipação e despertar crítico para formação de novos cidadãos.

Desta forma, a pesquisa encontra-se dividida em dois momentos: O primeiro está voltado para construção e contextualização da trajetória da política de Educação no Brasil, retratando e destacando as peculiaridades e avanços postos em cada período, e seu desenvolver bem como o discorrer lento das políticas públicas educacionais até os dias atuais.

No segundo, abordou-se as questões acerca da análise dos elementos postos as questões sociais existentes no meio educacional e as práticas profissionais como contribuição para melhoria na educação, e as implicações do sistema capitalista onde o Serviço Social vem apresentar seus desafios e contribuição frente a essa temática, desse modo abordar a relevância da recente aprovada Lei nº 13.935 de dezembro de 2019. Esse buscou analisar por meio de aprofundamento da temática a atribuição do Serviço Social na educação através da constatação da relevância desse profissional para avanços e melhorias no campo educacional, não apenas como propositora de repasses metodológicos, mas, como meio de emancipação e despertar crítico para formação de novos cidadãos.

Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar ao leitor clareza diante da temática apresentada de forma a contribuir para outros pesquisadores coletar informações ao que se diz respeito a assuntos voltados a contribuição do Serviço Social na educação.

2 PROCESSO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Discute-se neste capítulo os seguimentos da política de educação instaurada no Brasil, na capitalização e seu planejamento econômico juntamente com os expressivos episódios que marcaram a metodologia da educação e suas ocorrências nas eventualidades de cada século deste modo perpetua a instrução desta modalidade.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A construção da política de educação ocorre no processo de capitalização do Brasil, dentro da evolução do sistema político-econômico brasileiro. Quando se observa o passado da história da educação pública no Brasil depara-se também com o processo de capitalização, ambas crescem semelhantemente de forma a ser conjunta.

Com o surgimento do período colonial de 1549 á 1808 o Governo Geral em representação do poder público devia não o substituir mas apoiar as capitanias na finalidade de estabilizar e incentivar para que a colonização siga com seu desenvolvimento normal, desse modo o processo seguiria rumos para uma nova política por ventura ditada por D. João III, julgava-se necessário a catequese como forma civilizatória para com os povos indígenas. Segue-se então a obrigatoriedade de padres jesuítas se instaurarem no Brasil para a conversão a fé católica por meios de catequeses. Destaca Luiz A. de Mattos uma importante fase para os seguimentos pressagiando da seguinte forma;

[...] dele dependia [...] o êxito da arrojada empresa colonizadora; pois que somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena que os valores espirituais e morais da civilização moral e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas [...] (MATTOS, 1958, p. 31)

É notório que as escolas primitivas do Brasil está em suas fases iniciais diretamente ligadas ao sistema de política colonizadora portuguesa, observa-se que os padres jesuítas obtinham uma forma pedagógica em seus ensinamentos catequéticos, trouxeram seus preceitos assim desta mesma forma os primeiros ideais de ensino e escola, antecedendo os preceitos pedagógicos com o documento *Ratio Studiorum* que cuja a meta era instaurar os preceitos básicos que os jesuítas deviam utilizar em todo território ou seja era a ideia de normatizar, o que um jesuíta fazia o outro devia fazer para dá sua aula a fé cristã, assim a alfabetização se seguia. “Aprendem a ler e escrever e vão muito avante; a cantar e tocar flauta; e outros, mamelucos mais destros, aprendem gramática” (LEITE, 1939, p. 23).

Tais eventualidades trouxeram para o Brasil um método de ensino formando um ideal na primeira instancia de formação de escola. No período a educação se mantinha restrita somente para os “aptos” dignos de educação formal excluindo mulheres e negros, homens brancos estudavam nas escolas religiosas ou na Europa. O trágico resultado dessa falta de preocupação com a educação popular apareceu no primeiro recenseamento nacional, feito em 1872 (LEITE, 1939, p. 23).

A constituição de 1824 manteve o princípio da liberdade de ensino, sem restrições, e a intenção de “Instrução Primaria a Todos os Cidadãos “. A lei determinava que todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias. O número delas e sua situação seriam indicados pelos presidentes em conselho conforme diz;

A Lei de 15 de outubro de 1827 que criava e regulamentava as escolas de primeiras letras no Brasil, ao todo é composta por 17 (dezesete) Artigos. Logo em seu 1º Art. a Lei determina que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827).

Em 1834 em ato adicional que emendou a constituição houve a reforma que deixou o ensino elementar secundário e de formação dos professores sobre responsabilidade da província enquanto o poder central ficava com o ensino superior, por conseguinte nasce a primeira escola de formação dos professores chamada de “Escola Normal” foi a Escola normal de Niterói, fundada em 1835. Resenhada busca exaltar o Brasil apesar da dificuldade em se estabelecer a educação que muitos almejavam, o avanço das escolas era significantes para o Brasil em razão de influenciar o sistema político-econômico para a capitalização nascendo a primeira república.

“A reforma Leôncio de Carvalho de 1879 exprime institucionalmente os anseios de renovação educacional concomitantes aos movimentos políticos econômicos em busca de uma nova ordem social para a não brasileira, que se intensificaram no início daquela década e que desembocaram na abolição da escravatura e na constituição de um governo republicano no final da década seguinte” (KULESZA, 1998, p.63).

O ensino secundário deixara agora de ser exprimido e passa de forma legal a ser ampliado tendo uma base metodológica para as escolas primárias da época, as classes deixaram de ter alunos de várias idades e passaram a se distribuir em series, surgindo o ensino seriado. Como fala o Art. 4º O ensino nas escolas primarias do 1º grau, do município da Corte constará das seguintes disciplinas:

§ 2º As escolas, tanto do 1º como do 2º grau, funcionarão durante o verão (do 1º de Outubro a 31 de Março) das 8 1/2 horas da manhã às 2 1/2 da tarde, e durante o inverno (do 1º de Abril a 30 de Setembro) das 9 às 3 horas da tarde, interrompendo-se os trabalhos do meio dia a 1 hora para recreio dos alunos, pratica manual de ofícios e exercícios de gymnastica, sob as vistas do Professor ou adjunto. Para os alunos menores de 10 anos deverão os trabalhos escolares terminar ao meio dia (BRASIL, 1879).

A educação passa a ter um formato propedêutico, cria-se uma visão mais formalizada nos preceitos da metodologia educacional formando classes, divisão em series, idade máxima e mínima para o ingresso da mesma, respondendo as necessidades básicas de cada indivíduo inserido em cada localidade de instituição escolar primaria mas ainda seguia um formato preparatória para o ensino superior até então ligada só apenas ao governo.

Com o decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930, que foi criado na chamada era Vargas no qual a capitalização seguia novos rumos rompendo estruturas no desempenho econômico durante seu período, a

imagem de Vargas durante seu período, no governo institucional de 1937- 1945, está associado a sua experiência democrática, a qual inclui algumas tentativas de implementar a agenda social do movimento de 1930 (ARVIN-RAD, et al., 1997).

Ganhou-se neste período os primeiros ministérios, o ministério dos negócios, ministério da saúde pública e ministério da educação, passa agora compor-se como ministério aderido pelo poder do estado a responsabilidade de demandas da educação, ganhando força do movimento da escola nova. Este movimento valorizava os jogos e os exercícios físicos de forma geral que auxiliassem o desenvolvimento da motricidade e da percepção.

O governo de Vargas surge como a proposta de uma nova era que fazia com que o sistema econômico temesse o que iria transcender em sua nova formação deste mesmo governo, tinha em seu plano o crescimento apesar de estar à frente de uma grande crise a industrialização avançou rapidamente durante a década seguinte, quando as indústrias existentes experimentaram um crescimento extraordinário e muitas outras indústrias foram implantadas no País (ARVIN-RAD, et al., 1997).

Com o avanço da industrialização e seus diversos setores funda-se em 1942 o SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, conseguinte a aprovação a lei orgânica do Ensino Comercial, em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. A pressão e intervenção governamental varguista no processo inicial de criação a aprendizagem industrial foi intensa. Podemos conjecturar que parte disso se devia a urgência da situação econômica e política do Brasil e do mundo, assim como vencer as resistências internas impostas pelos industriais e seus representantes que não queriam de forma alguma mais um item para onerar suas receitas (CARVALHO, 2011)

O século passa então por sua vez ter consequências de um período de conflitos internos e externos que lhe concerne consequentemente de modo que traga instabilidade na industrialização e economias que estavam alevantando um sistema novo chamado de inovador estabelecido na era de Vargas, assim por sua vez a política de educação passa pelo mesmo processo em sua construção.

O Brasil irá a uma nova fase a qual se designa de Republica Populista onde passa por ela presidentes com uma política mais populista, vivida por muitos conflitos. Na educação obtivemos nesse momento uma franca esperança esperando o desenvolvimento do Brasil. Houveram muitas discussões sobre uma possível lei de diretrizes e bases para a educação do Brasil.

Em relação à educação desse período, pode-se dizer que a Constituição de 1946 refletiu o processo de redemocratização do país, após a queda de Getúlio Vargas, defendendo a educação como um direito de todos. Em 1948, o Ministro da Educação Clemente Mariano, apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além de escolanovistas, participaram diversos católicos na discussão desse tema. O percurso desse projeto foi tumultuado e estendeu-se até 1961, data da sua promulgação” (PASINATO, 2013).

Somente em 1948 que se cria a comissão para estruturar a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que vinha ainda a enfrentar contravenção de várias doutrinas populares como foi a chamada reação católica que vinha a acusar a escola pública, universal e gratuita. A reação católica alega-se que este tipo de escola é um espaço que não dá a liberdade de escolha a qual criança vai frequentar, que somente instrui não dá a educação na doutrina católica. Toda via, entretanto, no entanto a maioria das escolas pertenciam a órgãos religiosos, elas obtinham o monopólio e recebiam por isso não queriam perder território.

Várias entidades, como a Igreja Católica, os órgãos de imprensa, se envolveram no conflito, tomando posições definidas. A Campanha de Defesa da Escola Pública, desencadeada em 1959, colocou o jornal O Estado de São Paulo, de tendência conservadora, ao lado de educadores mais democratas e até mesmo dos socialistas (PASINATO, 2013).

A posição da igreja católica mediante ao avanço de uma escola mais populista democrata com base nos anseios da massa da população tem um impacto negativo em relação ao crescimento da política educacional, em vista da época populista temos series de acontecimentos como a escola pública x escola particular, renovadores x católicos, LDB de 1961 e movimentos da educação popular.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) esteve entre o regresso ao retorno de 1948 á 1961 quando foi promulgada correndo por tanto 13 anos até ser promulgada. É importante ressaltar que esta Lei não influenciou a educação brasileira como um todo, ela apenas fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (SAVIANI et al., 2001).

Este período foi também caracterizado por acontecimentos como os movimentos de educação popular, que vinha a discutir o direito de alfabetização para todos uma vez que só exercia o direito de votos aquele que seria alfabetizado, por sua vez muda o roteiro para um campo de discussão, participação política das massas, tomada de consciência da realidade brasileira e que a educação é conscientização.

“O que por muitos é uma LDBEN, na verdade se trata de um dispositivo de adequação (reforma educacional) para uma parte da educação brasileira, assim como a Lei 5.540/68 que foi destinada a reformulação do ensino superior. Logo, o que temos de concreto é a primeira LDBEN em 1961 e a segunda aprovada muito tempo depois em 1996, instrumento de discussão deste trabalho”. A Lei 5.692/71 não foi LDBEN e sim “LDB para o 1º e 2º graus” (CARVALHO, 1998, p.17).

Paulo Freire tem um importante papel juntamente com os movimentos populacionais que são eles: Centro Populares de Cultura: 1961, UNE. A cultura popular está diretamente ligada a ação política. Movimento De Educação de Base: Igreja Católica com financiamento público. Prática era confiadas aos leigos. Movimento de Cultura Popular: Recife tendo à frente Paulo freire.

Esses movimentos operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação de base, promovidas na década de 50. Foram propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores (FÁVERO, 2013).

Proximamente Paulo Freire trabalha com população mais carentes como também trabalhadores rurais, sai para tocar este projeto, mas é sucumbido pela ditadura militar que extingue todos os movimentos populacionais, ditadura esta que considera os movimentos estudantis de balburdias.

Movimento Estudantil é todo e qualquer grupo organizado de estudantes em torno de objetivos políticos, culturais, acadêmicos, religiosos, outros. O ME possui ainda um caráter político-acadêmico. Político porque defende valores, ideais, projetos de sociedade, visões de mundo e atua na sociedade para disputar e construir esses valores. Acadêmico porque possui uma vinculação com a academia, a universidade, faculdades etc. Isso significa dizer que sua luta costuma ter muito o vínculo com as questões da educação, em particular, referentes à melhoria do ensino público superior gratuito (SILVA, 2008, p. 52).

Após a chegada da ditadura militar movimentos estudantis chegam a ser banidos e seus integrantes presos ou exilados do sistema, contudo entre 1964 e 1968, os estudantes mantiveram uma atividade política intensa, criando as “entidades livres”, diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que estes pela Lei Suplicy, estavam sob o controle direto do governo e proibidos de promover o debate político. Apesar de extinta, a UNE ainda era um símbolo político importante (NASCIMENTO, 2010).

Com o objetivo de calar os movimentos resistentes estudantis o Governo Castello Branco promulga a Lei n.º 4464, de novembro de 1964, que foi conhecida como Lei Suplicy, que obtenha o viés de que a ditadura colocasse em curso a repressão violenta o movimento estudantil e a juventude. A década de sessenta foi um marco de uma época onde os movimentos sociais se expressavam com grande vigor. Entretanto o ano de 1968 foi marcado por protestos contra o poder dos Estados em todo mundo (NASCIMENTO, 2010).

Os movimentos estudantis entraram em um irrevogável contesto mais político no geral transfigurando-se para o movimento dos operários que cometiam protestos fortemente expressivos e duros aos métodos dos militares com relação aos trabalhadores em seu sistema de capitalização.

Com base no ajuntamento dessas ocorrências no passar deste período houve-se o ápice da ditadura onde as lutas das classes sociais ganham grandes visualizações em suas formas, o conjunto de classes gera abrangentes protestos sobre as exclusões acometidas pelo cenário ditatorial.

Os atos contínuos desses grandes movimentos sociais resultaram uma visão mais ampla após grandes crises trazendo gradativamente uma transição a retomada da democracia, motivando a população a irem as ruas com o dilema “Diretas Já” promovido por grupos de movimentos sociais e demais para uma retomada transparente e democrática pelo povo. Segundo Napolitano (1998), já o movimento estudantil construiu grandes manifestações em várias cidades em articulação com outros grupos organizados, convocando a população pela adesão ao movimento e as pautas em defesa da democracia.

Após os Atos Institucionais fragmentarem a política de educação excluindo grandes avanços da metodologia de ensino em 1988 a Educação teve um grande destaque na constituição após as conquistas dos atos democráticos como a organização do SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica Brasileira,

em 1995 a criação do Conselho nacional de Educação, com o intuito de mantê-los assegurados após de contíguos anos sombrios.

A Constituição de 1988 instituiu, em seu Art. 6º, a educação entre os direitos sociais, ao lado da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância e da assistência aos desamparados. São denominados direitos de segunda geração (LAFER, 2010).

É necessário criar bases de proteção para o sistema de educação de modo que obtenha êxitos completos como alerta Comparato: “É preciso dizer que a realização dos direitos humanos a estas prestações sociais fundamentais poderá ser reforçada com a instituição de meios judiciais adequados”.

Em 1996 surge a LDB Lei de Diretrizes e Bases que institui a política Educacional Brasileira que tem como objetivo a garantia de toda a população ter acesso à educação gratuita e de qualidade, a Lei 9.422/96 organizou o FUNDEF – Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental que logo mais viera a ser chamada e substituída após de dez anos de FUNDB. A LDB estabeleceu prazo de um ano para ser encaminhado ao Congresso o PNE.

A pressão para que um plano desta natureza se integrasse ao arcabouço legal, exercida pelo FNDEP, mostrava-se bem-sucedida. Dessa forma, as entidades presentes no primeiro e segundo Congresso Nacional de Educação (CONED) elaboraram documento intitulado PNE da sociedade brasileira. Em fevereiro de 1998, encaminharam este documento à Câmara dos Deputados, o qual se consubstanciou no Projeto de Lei no 4.155/1998 (VALENTE; ROMANO, 2002).

Tonou-se obrigatório que os estados e municípios apliquem anualmente um percentual mínimo de suas receitas na educação e desse modo, 60% pelo menos para o pagamento dos profissionais do magistério, nos anos seguintes começaram a ser publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Foi também dada ao aparato segundo o jurídico-legal com a Constituição Federal de 1988, em que tempo desse não apenas acesso à educação como garantia mas também condições para que a escolarização possa ser usufruída conforme diz no Art.206; A educação, direito de todos dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Observa-se o contexto metodológico da capitalização e seu desenvolvimento econômico no âmbito educacional, o processo de governos e suas metodologias políticas no acompanhamento da globalização do capital o constrangimento de grandes lutas de classes para sua inserção na sociedade capitalista. Todos os seguimentos da capitalização moldaram e resinificaram verdadeiramente a base educacional em suas diretrizes.

Através das diretrizes a partir de 2002, ocorrem importantes acenos por meio de políticas e proposições do governo federal com a eleição do Presidente Lula — cuja governança, a partir de 2003, resulta de complexa coalização, envolvendo partidos de diversos matizes e ideologias —, visando à ampliação dos direitos sociais e, portanto, à materialização da CF 1988, sem romper, contudo, com o

processo de globalização e suas macropolíticas direcionadas à expansão do capital, sobretudo pelo crescente processo de financeirização e dos ajustes decorrentes desse processo (DOURADO, 2019).

Os programas se instauraram para os setores públicos e deram grande ênfase as crianças e jovens com baixa renda, através do Fundeb – Fundo e Desenvolvimento da Educação Básica obtivemos grande avanço de valorização mediante aos profissionais e sistemas de rede que agregavam o setor.

Para intensificar e enquadrar o Brasil na modernização com o avanço da globalização se cria Plano Nacional de Educação (PNE), com objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; a expansão e duplicação das matrículas na educação superior pública federal (criação, consolidação e interiorização de universidades e Institutos Federais) (DOURADO, 2019).

Abre-se então meios para a inserção de estudantes com a criação do exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) criado em 1998 passa a ser passe livre para a entrada de universitários em suas academias por meio do vestibular e posteriormente passa também a ser função de itens para a seleção de bolsas para a universidade particulares com o programa Universidades para Todos (PROUNI) ou obtenção de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

2.2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS

Doravante a promulgação de programas destinados diretamente a população mais vulnerável o governo de Fernando Henrique Cardoso transmuta a política educacional Brasileira do nível básico ao superior, ao próximo Presidente eleito por meios democráticos, restava reformá-la, e ou conservá-las.

Marca-se no governo de Fernando Henrique Cardoso um estado de estabilidade trazida pelo plano real que promoveu no Estado Brasileiro a racionalização e modernização, abrindo também espaço para o modelo de gestão das políticas sociais. Ressoando pontos consideráveis para a Educação Brasileira.

O processo descentralizador, aqui, foi não só intenso e avassalador, como também influenciou a redemocratização do país, o redesenho da rede de proteção social e a reforma do Estado. A análise dos caminhos da descentralização, portanto, é um ângulo privilegiado para se compreender a história brasileira recente (ABRUCIO, 2002, p. 143).

Este curso trouxe para a educação uma ampla reforma descentralizando o estado e então passa a ser abraçada pelos governos como orientação para a reorganização dos seus sistemas educativos em consonância com o que foi amplamente difundido pelo relatório produzido pela UNESCO para a educação do século XXI (DELORS, 1998). Outorgando a organização de regimes organizativos e redefinindo a instituição escola como âmbito de bem público, universal e laico.

A política educacional do governo antecessor trouxe ao próximo governo uma larga estrada e a ampliação de ideologias políticas focada ainda em um público alvo, os mais pobres, os miseráveis, os que se encontravam abaixo da linha da pobreza. Instaura-se um programa a qual se executa com grande êxito o programa Bolsa- Família cujo o foco localizar e inserir indivíduos na segurança e no desenvolvimento social.

Atravessa o projeto metodológico da educação e no sistema político educacional a globalização e um extremo desenvolvimento tecnológico restituído, no entanto sobrevém experimentamos a proporcionalidade de uma prematuridade política social, no âmbito escolar de até os anos 50 a mesma se voltava em sua formação para a reflexão e o pensamento, porém acometia o elitismo voltada para poucos. Deste modo após grandes desenvolvimentos no âmbito educacional vemos que o desenvolvimento social cresce em relação aos investimentos do governo.

Após a ampliação do PNA desenvolve-se um modelo sistêmico para não só seguir o novo modelo de capitalização modernista, mas também para que o assegurasse a historicidade da política de educação brasileira, de modo que todos acompanhem o movimento de contexto sociocultural e modernizado com a inclusão de todas as classes.

Transcorreu uma série de medidas e programas criados para o desenvolvimento de uma sociedade como o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que assegura o processo nacional de avaliação das instituições para o ensino superior como também de seus estudantes.

Com o viés avaliativo com o intuito na melhoria de ensino e a de conhecimento para com não só o avaliado, mas o avaliador o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) foi instituído por lei em 2004 como uma política de avaliação do ensino superior realizado pelo INEP, obtendo como principal visão da ênfase aos projetos éticos pedagógicos. Previsto no ART.5 da Lei nº 10.861, de abril de 2004.

A participação passa a ser instrumento de afeto neste mesmo governo evidentemente o campo da educação escolar passar a ser atuante denominando composições da conjuntura do sistema de ensino, desse modo o governo abre-se para o projeto de educação inclusa para todos. Visando a educação e sua política pedagógica perpetua-se a visão como sublinha Brunhoff et al. (2003), embora tenhamos pouca audiência no momento atual, a análise crítica dos dogmas liberais deve continuar tentando-se situá-la em relação àquilo que o autor percebe hoje das práticas sociais.

Embora a mudança e modificação do processo de colonização a pós modernidade seja de modo a ser preponderante traz mesmo de maneira a ser moroso uma proporção igualitária na vida de uma sociedade de classe trabalhadora que sucede de direitos humanos de uma política pública volta as fragmentações de um grupo social esquecido.

Ainda observamos no século da modernidade a correlação de uma sociedade dominante aos fragmentos de um passado cujo registra estranha rigidez a sociedade mais pobre, o final dos anos 80

apresenta uma aceleração no contingente da população pobre e, no período recente, após o Plano Real, cerca de 10 milhões de brasileiros deixaram de ser pobres. Em pesquisa realizada pela Fundação de Getúlio Vargas (EGV) de 2010;

“Desde a criação do Plano Real, em 1994, a pobreza no Brasil caiu 67% e a desigualdade de renda diminuiu entre as regiões do país e entre critérios como cor, gênero e anos de estudos. Enquanto os 20% mais ricos da população tiveram um aumento na renda de 8,8%, entre os mais pobres o valor foi de quase 50%” (CARRIEL, 2022, p.52).

A capacidade em que os investimentos em políticas públicas se ampliam juntamente com políticas sociais se define uma sociedade meramente igualitária que promove assim uma medida de programas com a política de educação ao combate ao analfabetismo no Brasil e o crescimento de uma economia sadia e sabida acompanhando a roleta da globalização.

Definir a educação no século atual é introduzir também um conceito da historicidade que a mesma venha a passar por obscuras estradas de terra seca durante longos anos. A culpa social nos traz ter a atitude do resgate daquilo que nos aferiu de modo que nos esganou no contexto político econômico e social. Nesse sentido, as políticas afirmativas adquirem relevância, tendo em vista a ideia de igualdade de oportunidades e de sua respectiva concepção de mérito, não se mostrar suficiente para a redução da desigualdade. A Educação, mais uma vez, surge como ferramenta de transformação social (BORDIEU, 1987).

O investimento na educação transforma a realidade social, educação e políticas dão-se relevância fundamental para o restringimento das desigualdades sociais, econômicas, substancial para um verdadeiro Estado de direito democrático e social. Diante deste fato as políticas afirmativas conquistam significância, possuindo a ideia de igualdade de oportunidades.

3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A educação é um complexo constitutivo da vida social, tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social. O objetivo deste capítulo é fazer uma breve linha do tempo do encontro entre serviço social e a educação pública brasileira, demonstrando para a categoria a trajetória percorrida e o trabalho realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e demais contribuições do serviço social na política de educação.

3.1 PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Segundo Iamamoto (IAMAMOTO, 2008, p. 18), o serviço social surge como parte de um movimento social mais amplo de bases profissionais articulado a necessidade da formação doutrinária e social do laicato, tecer algumas considerações do processo histórico do serviço social no Brasil é buscar compreender que a metodologia desta profissão obtém trajetórias que tem diferentes posicionamentos busca lógicas e estratégias.

No decênio de trinta o Serviço Social viera surgir de forma doutrinária possuía uma perspectiva tradicional no tocante individualista com ausências de crítica acompanhado de falta de consciências de classe. Iamamoto destaca que, “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 2008, p. 21).

No período da década de trinta a profissão caracterizava-se de forma a enraizá-la por um caráter moralizador, conservador e assistencialista. Dessa maneira assim de forma para então emergir as reações de um sistema capitalista no seio da sociedade que em seus processos históricos complexos vivia a ascensão do capitalismo monopolista desse modo a soberania das Igrejas detinha o temor de sua posse buscando desta forma a comunhão entre Estado e sociedade. Concordamos com Netto (2009) o entendimento de que o Estado intervém no processo econômico desde a ascensão da burguesia, mas, é no capitalismo monopolista, que essa intervenção muda estrutural e funcionalmente.

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas ‘Rerum Novarum’ do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a ‘Quadragesimo Anno’ de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da ‘Rerum Novarum’ vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2012, p. 4).

A revolução de trinta ocorrida no Brasil inaugura uma marca de intervenção social nunca antes feita pela igreja católica conseguinte da república velha a Igreja temendo sua descentralização busca mais sintonia com o estado, intervindo de formas concretas no meio social.

A primeira se dará em maio, a pretexto da entronização de N. S. Aparecida – proclamada pelo papa como padroeira do Brasil. Diante de uma imensa multidão, a hierarquia, na pessoa de Dom Leme, reafirmará a noção de Nação Católica e o seu direito ao exercício da influência como intérprete e guia da imensa maioria católica da população brasileira. Em outubro, na inauguração do Cristo Redentor, com a presença de quase toda a hierarquia e dos principais representantes do Estado [...] O governo multiplicará suas demonstrações de receptividade e boas intenções para com a Igreja, acenando-lhe com a volta dos antigos privilégios e o acréscimo de outros tantos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 156)

O ato de caridade reformula seu assistencialismo e ganha um caráter organizativo, a formalização reestruturada consegue por sua vez uma caracterização de famílias burguesas do estado de São Paulo e Rio de Janeiro e o apoio do Estado. Nasce por sua parte duas escolas tradicionais assistencialistas brasileira a Associação das Senhoras Brasileiras em 1920 e a Liga das Senhoras Católicas em 1923 procedente do processo de desenvolvimento capitalista.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 167)

Conforme Mota, (2017, p.45): “A profissão emerge e se particulariza pela intervenção direta e imediata na realidade desde os anos 1940, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em cujo curso as classes sociais fundamentais teceram suas sociabilidades”. Desta maneira com crescimento da industrialização e o interrompimento o histórico de uma economia rural, trabalhadores emergem para as capitais formando grandes urbanizações.

Diante as grandes imigrações do povo rural as cidades grandes o crescimento e agravamento ocorre superpopulações, neste contexto ocorre-se desigualdades sociais, as instituições detinham o poder de disciplinar a classe trabalhadora para que a mesma entrasse no conformismo e agisse somente para a economia. Dessa forma, a formulação e a implementação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas novas profissões “especializadas”, dentre as quais o Serviço Social aparece para desempenhar seu papel, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, vinculada a execução terminal das políticas sociais” (MONTAÑO, 2006, p. 33).

A essência e a aparência extraordinária compõem a dialética da veracidade da alta burguesia mediante as problemáticas que viera a nascer neste período, tornava primordial que realizassem grandes ações para o êxito de uma boa imagem a ser construída no período do industrialismo e avanço do capitalismo.

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e terminam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente entre outras coisas dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias que dominantes da época (MARXHAUSEN, 2014, p.72)

Compõe dessa forma a imagem e valores incorporados por classes dominantes, empregada por indivíduos e direcionada a determinadas interesses individuais. Uma vez que as ideias dominantes tenham sido separadas dos indivíduos dominantes e, principalmente das relações que de uma dada fase do modo de produção, que com isso chegue-se ao resultado de que a história, as ideias sempre dominam, é na história e nesta medida, conceber todos estes conceitos e ideias particulares como “autodeterminação” do conceito que desenvolve na história (MARXHAUSEN, 1993, p. 72).

Visto que o capitalismo avança-se historicamente mais progressistas e tênues tornam-se as formas de dominações de classes operantes, assim no avanço o papel da imagem burguesa cresce mediante a cada fase, e especialmente na sua fase madura. Manifesta Netto:

Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos interstícios da existências individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano do indivíduo que se torna administrado, um difuso terrorismo psico-social se destila de todos os poros da vida e se instila em

todas as manifestações anímicas e todas as instancias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia [...] (1981b,p 81).

O capitalismo em sua fase madura exaspera o que Kosik denominou de “mundo pseudoconcreticidade” que designa o mundo dos fenômenos externos que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o mundo do tráfico e da manipulação [...]; o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (2002, p. 15).

O itinerário do Serviço Social no Brasil compõe em seu acervo uma historicidade intelectual, passou durante seus últimos anos a assegurar o processo de mudança, não somente em seu perfil profissional mais também nos princípios que a profissão e na maneira de intervir na realidade social.

O processo do capitalismo no Brasil aproxima um povo de grande desenvolvimento de uma sociedade porem, no entanto afirma-se que a pobreza não é um fenômeno isolado, conjugal ou residual, mas sim uma manifestação inerente a dinâmica de um processo: o desenvolvimento do capitalismo nas condições específicas da realidade do país.

Logo até a pauta citada observamos a importância do capitalismo como uma ferramenta de análise interna e externa para o sujeito profissional de Serviço Social apresenta-se após uma forte mudança do eixo da sociedade o principal objeto de trabalho do Assistente Social que venha a ser as expressões da questão social instaurada no Brasil.

Conseqüentemente a historicidade do profissional de Serviço Social tem ligação com o capitalismo, dessa forma todo desenvolvimento e modulações do mesmo o Estado deve-se adequar-se, assim sendo com base em movimentos o Estado modifica-se, o mesmo se dá para o Serviço Social.

O contexto histórico do Movimento Reconceituação do Serviço Social se dá na conjuntura da ditadura militar que ocorreu em 1964 a 1985, estimulada por desejos imperiais que procuravam um espraiamento do modelo econômico capitalista, ou mesmo rebater a expansão do comunismo na América Latina. O período da ditadura foi um momento vivido com grandes transgressões, aqueles que iam de encontro com ideal burguês sofriam grande repressão e violência, física e moral, que fez com muitas pessoas fossem mortas, ou outros exilados (NETTO, 2005).

Subscreve Netto (2005, p. 118)

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais.

A aplicação dos assistentes sociais era de subalternidade, executavam seu trabalho como meros colaboradores das políticas sociais visto que produziam o sentido de ordem na autocracia burguesa. Procediam como apaziguadores da ordem e do controle da sociedade. Com as mudanças no país o Serviço Social adequa-se em dois âmbitos: o da prática e da formação profissional. O mercado de trabalho para o assistente social seja em instituições estatais ou mesmo privadas demandava um profissional com postura moderna, que atendesse as exigências de uma racionalidade burocrático-administrativas em meio à modernização conservadora “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diamantes daquela racionalidade” (NETTO, 2005. p. 123).

Cabe dizer que o Movimento de Reconceituação se adequa as novas fases do capitalismo e remodela-se nos preceitos da autocracia burguesa. A autocracia burguesa exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agisse com racionalidade. Assim o assistente social tem uma significativa modificação no seu agir profissional como ressalta Netto (2005. p. 123).

Com as metamorfoses cometidas na prática, o Serviço Social também se modula antes ligas a valores morais e presente de formas esvaídas passa a compor-se em universidades interagindo com disciplinas como as ciências sociais, como psicologia antropologia e sociologia. Netto ressalta:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. Netto (2005, p. 131).

Para Iamamoto (2010, p. 205), o Movimento de Reconceituação “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideológicos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”, é um processo que busca dar ao Serviço Social uma prática mais eficaz, que busque caminhos em novos fundamentos teórico-metodológicos.

O aprimoramento do Serviço Social é um processo de pluralidade, José Paulo Netto vai falar do Serviço Social que é um processo de renovação que inaugura o pluralismo na profissão, em virtude que com a inserção das disciplinas das ciências sociais os profissionais passaram a ter uma visão crítica da sociedade e de sua própria atuação.

Dessa maneira Netto (2005), vem apresentar três aspectos desse processo de Renovação Modernizadora: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Netto (2005, p.154), ressalta: [...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64.

A perspectiva Modernizadora se valida através de seminários por meio de documentos fundamentais: os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) orquestrados por CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social). Netto (2005) enfatiza que se em Araxá ficou marcado o cariz sociotécnico, em Teresópolis se fundamenta a operacionalidade de Serviço Social, concretizado e relacionado a administração tecnoburocrática.

O estágio terminante dessa perspectiva encontra-se nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, onde se ocasiona o surgimento de novas questões da relação com do Serviço Social com a cientificidade. Segundo Netto (2005) “A documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis.” (p.195).

“A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 2005, p. 250), ou seja, dar uma nova face ao Serviço Social, “passando-se a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder” (SILVA, 2009). Esta perspectiva se constitui de três momentos distintos: o da sua emersão, o da sua consolidação acadêmica e do seu espraiamento sobre a categoria profissional.

A formação do rompimento com a com autocracia burguesa se dá por meio da formação em massa de críticas de assistentes sociais que se dispuseram a procurar caminhos para o afastamento da prática conservadora tradicional do Serviço Social. A Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais elaborado por jovens profissionais preocupados em dar uma nova visão ao Serviço Social, “elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO 2005, p. 263).

Portanto é nessa perspectiva que nasce a profissão do Serviço Social Brasileiro rompendo com as práticas conservadoras morais e em uma nova fase construindo uma profissão baseada na cientificidade segue em sua formação. “Para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais quanto projetar e forjar formas de resistência em defesa da vida” (IAMAMOTO, 2010, p.28).

Netto (2005), afirma que a existência do Serviço Social crítico é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação. E com o passar dos anos os reflexos do Movimento de Reconceituação são vistos no âmbito profissional do Serviço Social. É com base no movimento de reconceituação que podemos obter na atualidade a prática baseada na análise científica e profissional mediante as questões sociais.

Podemos contextualizar a historicidade do Assistente Social dando e o ressaltado que a profissão tenha alcançado mediante as metamorfoses do capitalismo e a crise econômica resultado da veracidade que a mesma se impõe, atravessa em suas modificações o conceito de assistente social benevolente que se

dispõe do assistencialismo para então um indivíduo instrumentalizado baseado no cientificado das questões críticas.

Conforme as movimentações nota-se o quão importante foi o Movimento de Reconceituação para a prática profissional destacando que em sua prática a teoria é outra e que “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos” (IAMAMOTO, 2010, p.21).

Dentre os eixos de preocupações fundamentais do movimento de reconceituação podem ser salientados: o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano; a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social” (IAMAMOTO, 2019).

3.2 Contribuição do Serviço Social na Política de Educação: Lei nº 13.935

A atuação dos Assistentes Sociais e Psicólogos estão alicerçados nos direitos humanos, é um direito de todos como prevê na constituição de 1988 e na declaração universal dos direitos humanos, o artigo 26º dá ênfase que toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

É competência do profissional em serviço social trabalhar as expressões da questão social esta mesma está no âmbito em que o indivíduo se insere seja ela em campos privados ou não, bem visto nos capítulos introdutórios as desigualdades trazidas pelo capitalismo que refletem especificamente os mais desprovidos de acessos essenciais instaurados na Constituição Federal de 1988 no Art.205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A questão social, segundo Iamamoto (1995), é a expressão das contradições advindas da luta de classes, e é a partir de sua acentuação em detrimento das modificações das estruturas do capital, que por volta de 1930 surge o Serviço Social no Brasil, como estratégia de controle social operada pela Igreja Católica, que buscava ressarcir-se de sua perda de prestígio simbólico e institucional. Com o aumento do capitalismo as expressões foram se acentuando fazendo com que as questões sociais houvesse variáveis modulações.

A profissão assume nos anos 90 uma nova forma, tendo como marca o código de ética (1993) e a nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal nº 8.662 de Junho de 1993) que, a partir de um

acumulo e amadurecimento sobre as atribuições privativas e competências profissionais, relata o que deve ser o exercício profissional das/os assistentes sociais no Brasil, doravante uma visão crítica que de acordo com o movimento de reconceituação conceba um ponto de vista técnico, com um ponto de vista político, e reafirmar compromissos com o processo de redemocratização da sociedade brasileira (CRESS, 2020).

Examinando os desenrolamentos a partir de 1988, é benevolente salientar a aprovação da LDB (1996), que regulamenta nacionalmente a Educação a partir das bases constitucionais. Afirma-se na Lei de Diretrizes e Bases a finalidade de desenvolver o indivíduo, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para a progressão no trabalho e em estudos posteriores.

Foi publicada na data de 12 de dezembro de 2019 a lei que regulamenta a implementação na educação básica a presença de psicólogos e assistentes sociais no âmbito escolar com o intuito de atender as necessidades e prioridades definidas pela política de educação, por meio de equipes multiprofissionais (CFESS, 2019).

Embora a Lei seja publicada no diário da união na data de 12 de dezembro de 2019 não obstante passara por um longo processo de debates e questionamentos referentes a importâncias e urgências destes profissionais na área de trabalho. Esse questionamento buscava reiterar quais são as posições e intervenções que demandava tais profissionais.

O Serviço Social, até recentemente, não privilegiava a área da educação como campo de trabalho, sua história aponta para os “congressos internacionais e nacionais que estudavam a profissão em sua aplicação na sociedade para resolver os problemas apresentados dentro de determinado campo” (PIANNA, 2009, p.66).

Martins (2012), destaca que aspecto político dessa articulação transversal entre categorias e a sua potencialidade no sentido do Serviço Social enquanto profissão fundamentada, então, em uma lógica contra-hegemônica e em defesa das zonas e sujeitos em vulnerabilidade, aqueles/as que mais sentem as mazelas do capital:

O significado político da inserção do serviço social na política de educação vinculasse à trajetória histórica dessa profissão e a seu acúmulo teórico e político em relação ao campo das políticas sociais, podendo contribuir para a necessária articulação de forças sociais na luta pela educação pública, de qualidade e como direito social (MARTINS, 2012, p. 30).

Para chegarmos até a implementação de projetos direcionados a área da educação é indispensável proferir essencialmente aos projetos de lei vinculados a política de educação e a atuação do Assistente Social no âmbito educacional. O direito a educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais seja na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/ 90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) dentre outras, tendo finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade (CFESS, 2001, p. 10).

O CFES reitera o conceito amplo em relação do sentido educacional “a educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que reproduzem a riqueza social e aqueles que exploram seus produtores e expropriam sua produção (CFESS, 2013, p.16).

Na perspectiva de Paulo Freire (1996), educação é uma forma de intervenção no mundo intervenção que além de conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e ou aprendidos implica tanto esforços de reprodução da ideologia dominantes quanto o seu desmascaramento.

A formação da concepção educacional contribui com as relações sociais como também as ideias e ideologias que estão postas. Portanto o encontro dessa realidade com a educação compete como ferramenta de trabalho do profissional de Serviço Social uma vez que as transgressões perpassam no sistema educacional. É importante salientar que o sistema político educacional se diverge da educação uma vez que a educação se dá no “saber comum”.

Desse modo ocorreu por longos anos, com percurso extenso, mas que resultou em 2019 com o acontecimento da promulgação da Lei nº 13.935/2019, na qual dispõe a prestação dos serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político- pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2019).

Assim, examinado que no âmbito da educação há mais que uma luta de classes mas também campo que necessita da atuação do profissional de Serviço Social, descrita na Lei de Regulamentação que tem como competência do assistente social, elaborar, implementar, executar, e avaliar políticas sociais, estabelece a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Compõe por tanto o Manual de orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019:

Contribuição com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos/as estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;

Contribuição para a garantia da qualidade dos serviços aos/às estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do/a adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;

Atuação no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;

Contribuição no fortalecimento da relação da escola coma família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;

Contribuição com o processo de inclusão e permanência dos/as alunos/as com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;

Criação de estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;

Atuação junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;

Fortalecimento e articulação de parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;

Realização de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões.

Cabe por tanto ao profissional identificar a historicidade de cada indivíduo, observar no campo crítico de cada mazela posta no sistema educacional averiguando as possíveis resoluções de cada fragilidade vivida por os demais participantes do sistema institucional.

Olhar o sistema educacional de forma ampla e esclarecedora dessa forma em competências adentrar e compartilhar métodos eficazes juntamente com a rede de ensino, promover juntamente com a secretaria de educação, gestores, professores, familiares e alunos planos, programas e projetos.

Existe uma luta pelo acesso à educação pública como um direito social, laica, gratuita, socialmente referenciada, presenciada e de qualidade. A disputa entre dois projetos de economia, de educação, de sociedade e de política manifesta-se diretamente nas políticas educacionais. De um lado, os capitalistas rentistas que buscam sangrar o País de todos os seus recursos, sem se importar com a maioria da população e com os serviços de que ela necessita. Do outro lado, aqueles que pensam um mundo mais justo e democrático.

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS acompanhou desde então a movimentação dos demais grupos referidos ao projeto de lei se regulamentasse, proferindo com publicações sobre os dados de manifestações da questão social no contexto educação básica pública, enfatizando a importância do trabalho de assistentes sociais na área da educação.

[...] compreendemos que a inserção do profissional de serviço social, na política social da educação, se constituirá em uma parceria importante e que somará esforços na busca, de soluções que venham amainar alguns problemas reconhecidamente instalados na política pública, no tocante ao direito ao acesso e permanência do aluno na escola. Sabemos ainda, que outras dificuldades devidamente detectadas (e que não foram aqui indicadas), poderão ser melhor enfrentadas, com a participação do serviço social, levando em consideração o seu trânsito, junto a 26 organizações que tem seus interesses voltados que dizem respeito ao tema em pauta (CFESS, 2001, p. 16).

Contextualizando a PL à Lei 13.935/2019 no dia 32 de 2000 o deputado José Carlos Elias do partido PTB/ ES apresenta o projeto de Lei nº 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Esse projeto tramitou no Congresso por dezenove anos até finalmente se tornar em Lei nº 13.935/2019.

Desse modo em 4 de outubro de 2019, o CFESS, juntamente com a ABEPSS e o Conselho Federal de Psicologia - CFP, foram ao Ministério da Educação–MEC, em defesa do PL 3.688/2000. Diante disso as mobilizações aumentaram com audiências, diálogos e pressões junto aos deputados e senadores para

assim pressionar a aprovação da Lei, mostrando que havia a necessidade da inserção no contexto da educação básica. Após grandes movimentações no Congresso Nacional veio a ser derrubada do veto integral da Presidência da República ao PL nº 3.688/2000.

Fruto de um longo debate nos últimos anos pelos parlamentares, gestores da área de educação, especialistas e organizações da sociedade civil, o Senado Federal aprovou na data de 11 de março de 2022 a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE) por meio do PLP 235/ 2019. A matéria foi aprovada pelo plenário em regime de urgência seguindo para a Câmara dos Deputados e acatada pelo relator, senador Dário Berger (MDB) apresentada pelo senador Fabiano Contarato (PT- ES) para contribuir com a efetiva implementação da Lei 13.935/2019 como parte do SNE. (CFESS, 2022)

Entende-se que o profissional de Serviço Social pode trabalhar dentro da educação básica contribuindo através de seu projeto ético-político, contribuindo dessa forma com o exercício da autonomia do indivíduo, na construção de mediações da questão de emancipação humana. Contribuindo no trabalho e campo da equipe multidisciplinar da instituição bem como o trabalho multiprofissional e desenvolver com a mesma melhoria e qualidade de ensino e aprendizagem com a participação da comunidade escolar atuando nas mediações sociais e institucionais. Entende-se que;

Isso implica aceitar e “abraçar” a educação como política pública, e entendê-la em sua correlação com outras políticas sociais (como a saúde e a assistência social) e os direitos da infância. Nesse processo, deve-se estar atento para evitar a repetição de modelos de atuação ou a reedição de culturas de trabalho e rotinas próprias do serviço social em outras instituições. [...] A escola tem um ritmo, uma dinâmica e uma dialógica próprias, condições que o assistente social precisa aprender a olhar e compreender, para poder nelas atuar (AMARO, 2018, pp. 149-150).

Neste sentido a contribuição e a atuação do profissional de Serviço social no âmbito escolar tem como pôr a reiterar nas conjunturas das instituições escolares, que tem como base em suma uma rede de ensino com plano básico no qual disponibiliza a estrutura solida para com os matriculados no campo.

A contribuição de Assistentes Sociais e Psicólogos segundo a Lei nº 13.935, de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica demonstra-se o quão se faz importante a presença destes profissionais no âmbito de rede de educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social ao longo destes anos ergueu um legado de lutas pelo reconhecimento da categoria nos quadros da política de educação, assim como sua implementação pelos estados e municípios brasileiros. A ampliação do campo dos direitos sociais, como forma de compreender a cidadania em seu sentido mais classista e menos abstrato, tem no reconhecimento da Política de Educação como um direito social a ser universalizado um dos momentos deste processo de mobilização e luta social, mas como meio e não como finalidade de realização de uma nova ordem social.

Este período foi marcado por conquistas e lutas de extrema relevância para a categoria, visto que se desdobra a conveniência sócio ocupacional e ao mesmo tempo um avanço e ganho da educação como política pública constitucional no enfrentamento das expressões da questão social e afirmação do Serviço Social como profissão, essencial para o enfrentamento desta relação turbulenta entre capital x trabalho na contemporaneidade.

A defesa de um projeto profissional em consonância com o projeto ético-político e organização política da categoria são fundamentais num período histórico em que as conquistas da sociedade brasileira estão sendo desmontadas com o avanço do conservadorismo e as pautas ultraliberais onde ataca os princípios e valores defendidos pela profissão, neste sentido, o conjunto CFESS-CRESS expressa as suas posições concretas e cotidianas em parceria com as demais entidades, mas, sobretudo, no trabalho das e dos assistentes sociais.

A apuração desta pesquisa se dá na mesma trajetória, no sentido de que a implementação da Lei 13.935/19 tenha se dado como uma das principais conquistas da categoria e ao mesmo tempo apresenta os principais elementos sobre as atribuições e competências para a atuação do/a assistente social na política de educação. Dá-se mérito a magnitude da pesquisa para análise da contribuição do/a Assistente Social através de sua inserção no campo de atuação.

O direito a educação com acesso e permanência com finalidade a formação de demais estudantes para seu pelo exercício da cidadania são um dos principais viés sobre as atribuições e competências para a atuação do/a assistente social na política de educação, pois de um lado enfrentamos um processo de desmonte das políticas sociais e uma crise sanitária, econômica, financeira e política de maior gravidade já vivida no país, e de outro, a ausência de iniciativas governamentais imediatas para enfrentar a situação posta, que deixou milhões de famílias desprotegidas, o que impactou e impacta de forma severa o cotidiano e a vida dessas pessoas, especialmente as crianças, adolescentes e jovens.

Destingiu-se que a contribuição do/a Assistente Social na política de educação subsidia o pleno desenvolvimento da equipe política pedagógica de secretarias de educação bem como a relação de ambos deve-se atribuir o conceito complementação uns para com os outros agir em sistema de rede para melhor concretização de políticas do Governo Federal dá-se descoberto que a forma organizativa concebe melhor benefícios para um todo.

A pesquisa constitui como objeto de estudo para demais profissionais na área de atuação, secretarias de educação que observam as demandas vividas na educação básica brasileira e profissionais da área de educação para um aprofundamento de pesquisas que procriam pesquisas de intelecto pessoal da sociedade brasileira. Esta pesquisa abre espaço para futuros estudantes que observam a atuação de profissionais na área pautada bem como os benefícios do sistema de rede na política de educação brasileira.

REFERENCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Descentralização e coordenação federativa no Brasil: lições dos anos FHC. **O Estado numa era de reformas: os anos FHC**, p. 143-216, 2002.
- AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Editora Vozes Limitada, 2017.
- ARVIN-RAD, Hassan; WILLUMSEN, Maria José; WITTE, Ann Dryden. Industrialização e desenvolvimento no governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 27, n. 1, p. 127-166, 1997.
- BORDIEU, P. et al. 50 WARTOŚĆ MAREK RODZIMYCH I ZAGRANICZNYCH W PERSPEKTYWIE. **Handel Wewnętrzny, tom 1**, p. 50, 1987.
- BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.
- BRUNHOFF, Cecilia et al. Holarctic phylogeography of the root vole (*Microtus oeconomus*): implications for late Quaternary biogeography of high latitudes. **Molecular ecology**, v. 12, n. 4, p. 957-968, 2003.
- CARRIEL, María Del Cielo. **Implementación de biol como estimulante del crecimiento radicular y fitorregulador foliar para mejorar la productividad del ají tabasco (Capsicum frutescens)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. BABAHOYO: UTB, 2022.
- CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. **A criação do Senai no contexto da Era Vargas**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CRESS. Conselho Federal et al. **Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS. In: Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. 2013. p. 52-52.
- DELORS, Jacques. **Learning: The treasure within**. Unesco, 1998.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.
- FÁVERO, Luiz Paulo Lopes. Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 1, p. 131-156, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 21, p. 117-140, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil-24-Ed**. 2008.
- KULESZA, Wojciech. A institucionalização da Escola Normal no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 79, n. 193, 1998.
- LAFER, Inês Mindlin. **Conselhos tutelares: variáveis-chave e bom funcionamento: a interferência do perfil dos conselheiros, do desenho institucional e da articulação da política municipal da criança e do adolescente**. 2010.

LEITE, S. **História da companhia de Jesus no Brasil Lisboa**, 1938.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. 2012.

MARXHAUSEN, Thomas. História crítica das Obras completas de Marx e Engels (MEGA). **Crítica Marxista**, v. 39, p. 95-124, 2014.

MATTOS, Luiz de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)**. Rio de Janeiro, Gráfica Aurora, 1958,

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálysis**, v. 9, p. 141-157, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, p. 39-53, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. O fonograma como fonte para a pesquisa histórica sobre música popular—problemas e perspectivas. In: **Anais do XIV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (Porto Alegre, 2003)**. 2010. p. 1-1595.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. **Os “homens” da administração e da justiça no Império: eleição e perfil social dos juízes de paz em Mariana, 1827-1841**. 2010.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço Social & Sociedade**, v. 5, n. Mar, p. 59-75, 1981.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cortez editora, 2017.

PASINATO, Darciel. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 12, n. 1, 2013.

PIANA, Maria Cristina. A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. **São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho**, p. 79830389-05, 2009.

SAVIANI, Dermeval et al. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. **Revista HISTEDBR on-line, Campinas**, n. 3, 2001.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. Convite à rebeldia: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade. **Monografia (graduação em Serviço Social) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Mimeo**, 2008.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção?. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 96-107, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 288-322, 2012.